



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 5/2026

(COMPRAS.GOV: N° 90.005/2026)

CONTRATANTE (UASG)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM (929035)

OBJETO

FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 44.821,91

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 18/06/2026, ÀS 09H00MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

LOCAL

PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>
LICITAÇÃO NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR SOB Nº: 90005/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA



SUMÁRIO

1	DO OBJETO	3
2	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4	DA ABERTURA DA SESSÃO, CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E DESEMPATE DAS PROPOSTAS	7
5	DA FASE DE JULGAMENTO	12
6	DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
7	DOS RECURSOS	17
8	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
9	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 5/2026
(COMPRAS.GOV: N° 90.005/2026)

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO - PROA N.º 26/9120-0000673-7

Torna-se público que o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM**, Autarquia do Município de Caxias do Sul, RS, criado pela Lei n.º 2.274 de 23 de março de 1976, com sede na rua Pinheiro Machado, n.º 2269, Centro, CEP 95020-172, Caxias do Sul, RS, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1

DO OBJETO

- 1.1** Constitui o objeto do presente certame, o fornecimento de materiais para reposição de estoque, para atender as necessidades do Instituto de Previdência e Assistência Municipal - IPAM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos. As demais especificações do objeto constam no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

2

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) e/ou cadastro Gov.br.
- 2.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas acima indicados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



- 2.3.1** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.4** O Anexo I do Termo de Referência indicará, se for o caso, para quais itens a participação será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 2.4.1** A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.5** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e, quando for o caso, as equiparadas, nos limites previstos na Lei Complementar n.º 123/2006 e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 2.6** Não poderão disputar esta licitação:
- a)** aquele que não atenda às condições deste Edital e seus Anexos;
 - b)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - c)** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - d)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - e)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - f)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - g)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - h)** agente público do órgão ou entidade licitante;
 - i)** pessoas jurídicas reunidas em consórcio.
- 2.6.1** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que



disciplina a matéria, conforme § 1º do artigo 9º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

- 2.6.2** O impedimento de que trata a alínea “d” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.6.3** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem nas alíneas “b” e “c” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.6.4** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.6.5** O disposto nas alíneas “b” e “c” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.6.6** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 2.6.7** A vedação de que trata a alínea “h” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado, o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.
- 3.3** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos subitens 6.1.1 e 6.11.1 deste Edital.
- 3.4** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- a)** está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua



entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.6 O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.6.1 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens;

3.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, ou, quando for o caso, para as equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte, equiparada ou sociedade cooperativa.

3.7 A falsidade das declarações contidas neste item sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Termo de Referência.

3.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



- b)** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:
- a)** valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- b)** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem acima possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4

DA ABERTURA DA SESSÃO, CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E DESEMPATE DAS PROPOSTAS

- 4.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 4.2** Da abertura da sessão pública até o encerramento da fase de lances, em respeito ao Princípio do Sigilo das Propostas, o Pregoeiro e os Licitantes somente terão acesso aos dados informados nos campos de valor unitário/total e a descrição detalhada do objeto ofertado, não sendo possível identificar a razão social e as informações inseridas nos demais campos.
- 4.3** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.3.1** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 4.3.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 4.3.3** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 4.4** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



- 4.5** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os Licitantes.
- 4.6** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.7** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 4.8** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 4.9** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o critério de julgamento definido no presente Edital, ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.10** O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,50% (cinquenta centésimos por cento).
- 4.11** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 4.12** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 4.13** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 4.13.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 4.13.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 4.13.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 4.13.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 4.13.5** Após o reinício previsto no subitem acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 4.14** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 4.14.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente



encerrada a recepção de lances.

- 4.14.2** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.14.3** No procedimento de que trata o subitem acima, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 4.14.4** Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.14.5** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 4.15** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 4.15.1** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem acima, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 4.15.2** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 4.15.3** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 4.15.4** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 4.15.5** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 4.15.6** Após o reinício previsto no subitem acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter seu último lance.
- 4.16** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 4.17** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



- 4.18** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 4.19** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 4.20** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 4.21** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.22** Em relação a itens não exclusivos para participação das beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria para as beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006 participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, regulamentada pelo Decreto n.º 18.364/2016.
- 4.22.1** Nessas condições, as propostas das beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006 que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 4.22.2** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 4.22.3** Caso a beneficiária da Lei Complementar n.º 123/2006 melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006 que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 4.22.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006 que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 4.23** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 4.23.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021, nesta ordem:
- a)** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - b)** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na referida Lei;
 - c)** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de



- trabalho, conforme regulamento;
- d)** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 4.23.2** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- a)** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b)** empresas brasileiras;
- c)** por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 4.24** Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota universal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota universal, quando aplicável.
- 4.24.1** Se o mesmo licitante vencer a cota reservada e a cota universal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 4.24.2** O IPAM dará prioridade de aquisição do objeto das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.
- 4.25** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 4.25.1** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 4.25.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 4.25.3** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 4.25.4** O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Termo de Referência e já apresentados.
- 4.25.4.1** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante e aceita pelo Pregoeiro. Ainda, pode o Pregoeiro, de ofício prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, quando constatar que o mesmo não é suficiente para



envio do documento.

- 4.26** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5

DA FASE DE JULGAMENTO

- 5.1** Encerrada a etapa de envio de lances, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no artigo 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 2.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a)** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
 - b)** Sistema Integrado de Registro do CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e do CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Portal da Transparência);
 - c)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIA, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
 - d)** Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.
- 5.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429, de 02 de junho de 1992.
- 5.2.1** Para os licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b” a “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 5.3** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (IN n.º 3/2018, artigo 29, caput).
- 5.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN n.º 3/2018, artigo 29, caput).
- 5.3.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN n.º 3/2018, artigo 29, caput).
- 5.3.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.
- 5.4** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 5.5** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 2.4.1 e 3.6 deste Edital.



- 5.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 do Decreto Municipal n.º 22.387, de 16 de janeiro de 2023.
- 5.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- a)** conter vícios insanáveis;
 - b)** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - c)** apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo (unitário e global) e/ou apresentar desconto menor que o definido para a contratação, conforme o critério de julgamento definido neste Edital;
 - d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - e)** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 5.8** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 5.8.1** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem acima, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- a)** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - b)** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 5.9** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 5.9.1** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 5.9.2** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário, conforme planilha anexa ao Edital;
- 5.9.3** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 5.9.4** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 5.10** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.



- 5.11** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 5.11.1** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 5.12** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 5.12.1** O ajuste de que trata este subitem se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.12.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.13** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.14** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 5.14.1** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o prazo para entrega das amostras.
- 5.14.2** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 5.14.3** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.
- 5.14.4** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pela primeira classificada não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pela segunda classificada. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



6

DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 6.1** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 6.1.1** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 6.2** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 6.2.1** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 6.3** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 6.4** Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados de forma legível e, se for o caso, conforme exigido no Termo de Referência.
- 6.5** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 6.6** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (artigo 63, I, da Lei Federal n.º 14.133/2021).
- 6.7** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.8** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 6.9** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.9.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN n.º 3/2018, artigo 4º, §1º, e artigo 6º, §4º).



- 6.10** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (IN n.º 3/2018, artigo 7º, caput).
- 6.10.1** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar inabilitação.
- 6.11** A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 6.11.1** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 6.11.1.1** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante e aceita pelo Pregoeiro. Ainda, pode o Pregoeiro, de ofício prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, quando constatar que o mesmo não é suficiente para envio do documento.
- 6.11.2** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do artigo 36 e no § 1º do artigo 39 do Decreto Municipal n.º 22.387, de 16 de janeiro de 2023.
- 6.12** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 6.12.1** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 6.12.2** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 6.13** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei Federal n.º 14.133/2021, artigo 64, e Decreto Municipal n.º 22.387, de 16 de janeiro de 2023):
- a)** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - b)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
 - c)** juntada de documentos que venham a atestar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, que não foram juntados com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, sendo que a juntada deverá ser solicitada e os documentos avaliados pelo Pregoeiro, quando o substituir (Acórdão TCU n.º 1.211/2021, Plenário).
- 6.14** Na análise dos documentos de habilitação, o agente ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão



fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 6.15** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 6.11.1.
- 6.16** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 6.17** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida do vencedor, e não como condição para participação na licitação.
- 6.18** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7

DOS RECURSOS

- 7.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no artigo 165 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 7.2** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 7.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- a)** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - b)** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - c)** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - d)** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do artigo 17 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 7.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 7.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 7.6** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



- 7.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 7.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 7.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.10** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada por meio do PROA Cidadão.

8

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 8.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.
- 8.2** A impugnação poderá ser enviada por meio eletrônico (e-mail) certames@ipamcaxias.com.br, ou por petição dirigida ou protocolada na sede do IPAM, situada à rua Pinheiro Machado, n.º 2269, Centro, em Caxias do Sul, RS, no Setor de Licitações, 7º andar, de segunda a sexta-feira, quando dias úteis, no horário das 9h às 16h30min.
- 8.3** Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no seguinte correio eletrônico (e-mail) certames@ipamcaxias.com.br.
- 8.4** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 8.5** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 8.5.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 8.6** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas.

9

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 9.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.
- 9.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de



Brasília, DF.

- 9.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 9.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.6** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 9.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 9.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 9.9** Em caso de divergência entre as especificações e quantidades do objeto contidas no Sistema SIASG e as deste Edital e seus Anexos, prevalecerão as constantes nesse último.
- 9.10** O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) concomitantemente com cópia digital dos documentos gerados no decorrer do certame.
- 9.11** As despesas decorrentes do objeto correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) do Órgão Participante, a ser informada a cada solicitação, por meio de requisição protocolizada no Órgão Gerenciador.
- 9.12** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO	MODELO
I	TERMO DE REFERÊNCIA (TENDO COMO APÊNDICE O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR)
II	JUSTIFICATIVA PARA INADMISSÃO DE CONSÓRCIOS

Caxias do Sul, data da assinatura digital.

GUSTAVO DA SILVA MACHADO
Presidente do IPAM
Assinatura digital ao final do arquivo



ANEXO I

Considera-se o mesmo conteúdo do Termo de Referência - TR e do Estudo Técnico Preliminar - ETP (Apêndice ao TR) que deram abertura ao processo.



TERMO DE REFERÊNCIA

1

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Da Definição do Objeto

1.1.1 Fornecimento de materiais para reposição de estoque, para atender as necessidades do Instituto de Previdência e Assistência Municipal - IPAM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.2 A descrição do objeto e a(s) quantidade(s) da contratação encontram-se no Anexo I deste Termo de Referência.

1.1.3 O Estudo Técnico Preliminar é um documento preparatório ao Termo de Referência, sendo que na ocorrência de alguma divergência entre ambos, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência.

1.2 Da Estimativa do Valor da Contratação e Preço Máximo

1.2.1 O custo estimado da contratação, bem como o(s) preço(s) máximo(s) unitário(s) e do(s) grupo(s), quando for o caso, consta(m) no Anexo I deste Termo de Referência.

1.3 Da Classificação do Objeto

1.3.1 O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no artigo 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/2021 e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

1.4 Do Pregão Eletrônico

1.4.1 A presente contratação será por Sistema Pregão Eletrônico, nos termos dos artigos 6º, XLI, e 28, I, da Lei n.º 14.133/2021, de acordo com o procedimento disposto neste Termo de Referência, conforme competências abaixo:

1.4.1.1 **Órgão Gerenciador:** Instituto de Previdência e Assistência Municipal - IPAM, por meio do Setor de Licitações.

1.4.1.2 **Órgão Coordenador:** Instituto de Previdência e Assistência Municipal – IPAM.

1.4.1.3 **Órgão(ões) Participante(s):**

a) IPAM PREVIDÊNCIA

b) IPAM SAÚDE



2

DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A fundamentação e a descrição da necessidade da contratação encontram-se pormenorizadas em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4

DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5

DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 5.1 Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados no tópico Descrição dos Requisitos da Contratação do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

6

DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 6.1 **Do Prazo de Entrega**
- 6.1.1 O(s) prazo(s) de entrega do objeto deverá(ão) atender aos seguintes critérios:
- a) O prazo para todos os itens não poderá ser superior a 20 (vinte) dias consecutivos, contados após a data de recebimento da nota de empenho.
- 6.1.2 Caso não seja possível fornecer o objeto no prazo indicado, o fornecedor deverá comunicar o IPAM das razões respectivas, com pelo menos 5 (cinco) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pelo IPAM, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.1.3 Na solicitação de fornecimento, a nota de empenho, será enviada ao fornecedor via correio eletrônico



(e-mail), contendo a indicação do item, quantidade, valor, local, horário e prazo de entrega.

6.1.4 Desde o pregão eletrônico até a entrega dos itens, o fornecedor deverá manter atualizado cadastro no SICAF, expedido pelo Portal de Compras do Governo Federal.

6.1.5 O fornecedor deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do objeto solicitado, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

6.2 Do Local de Entrega

6.2.1 O(s) local(is) de entrega do objeto será(ão):

a) Os itens deverão ser entregues na sede do IPAM, situada na rua Pinheiro Machado, n.º 2269, Centro, de segunda a sexta-feira, quando dias úteis, no horário das 9h (nove horas) às 13h (treze horas). O fornecedor deverá agendar a entrega dos materiais pelo telefone (54) 3289 5462.

6.2.1.1 Além da(s) entrega(s) no(s) local(is) designado(s) pelo IPAM deverá o fornecedor, também, descarregar, armazenar, instalar e montar (caso esteja previsto no objeto), o objeto no(s) local(is) indicado(s) por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.

6.3 Das Condições de Entrega

6.3.1 Será avaliado o acondicionamento do objeto no momento da entrega. Desta forma, embalagens violadas, itens manchados, sujos, enferrujados, danificados ou com aparência duvidosa, não serão aceitos.

6.3.2 O número do empenho, deverá vir indicado em cada nota fiscal. Não serão aceitas entregas cujo objeto e/ou nota fiscal não estejam rigorosamente de acordo com o empenho.

6.3.3 Todo e qualquer fornecimento de objeto fora do estabelecido neste Termo de Referência será, imediatamente, notificada ao fornecedor que ficará obrigado a substituí-lo no prazo estipulado pelo fiscal designado, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal substituição, sujeitando-se, também, às sanções previstas neste Termo de Referência.

6.3.3.1 O fornecedor deverá recolher o objeto entregue em desacordo com o licitado, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos após a notificação do IPAM. Após este prazo, não ocorrendo a remoção do objeto, o IPAM poderá destinar o objeto para descarte ou doação.

6.3.4 O mero recebimento do objeto não caracteriza a aceitação do mesmo.

6.3.5 Caso, no momento da conferência, sejam identificadas divergências, toda a carga será devolvida, sendo necessário novo agendamento para entrega, de acordo com a disponibilidade de horários do almoxarifado.

6.3.6 Não haverá isenção de multa em caso de reagendamento por motivo de inconsistências de entrega.

6.3.7 Os itens deverão estar compatíveis com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, quando aplicável.



6.3.8 O objeto deverá estar segregado por item e entregue em sua embalagem original, rotulada pelo fabricante, contendo, no mínimo, os seguintes dados: identificação do objeto, marca, código de barras impresso na embalagem e capacidade de empilhamento, se for o caso. Deverá conter, ainda, etiqueta de identificação do fornecedor, incluindo razão social, CNPJ, data de entrega, endereço e telefone de contato, quando for o caso

6.3.9 Deverá estar impressa na embalagem, de forma visível e de fácil leitura, a marca do material e da empresa fabricante, além do número de unidades e dimensões, quando for o caso.

6.3.10 Para os itens em que é solicitada medida, não haverá tolerância.

6.4 Do Prazo de Validade

6.4.1 O(s) prazo(s) de validade para o objeto será(ão) o(s) descrito(s) abaixo, contado(s) da data do Termo de Recebimento em Definitivo. Deverá estar especificada na embalagem a data de fabricação e o prazo de validade.

a) Prazo mínimo de validade para os itens 1 a 19: no mínimo 80% (oitenta por cento) do prazo de validade preconizado para cada item, segundo o fabricante, a contar da fabricação dos mesmos.

6.4.2 O fornecedor deverá garantir a utilização do(s) item(ns) do objeto durante sua validade.

6.5 Da Substituição do Objeto

6.5.1 O fornecedor deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho enviada pelo IPAM. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

a) o pedido de substituição deverá ser protocolado no Setor de Licitações do IPAM, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;

b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pelo Setor requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

6.5.1.1 O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

6.5.1.2 Por apresentação entende-se os meios pelos quais se individualiza o item e tenham sido solicitados no momento do preenchimento da proposta, tais como: marca, fabricante, modelo, abatedouro, frigorífico, fornecedor, n.º do Registro na ANVISA, Certificado de Aprovação - CA, entre outros

6.6 Da Documentação Necessária na Entrega do Objeto

6.6.1 A cada entrega de itens deverá ser apresentada a nota fiscal dos produtos, de acordo com as notas de empenho emitidas pelo IPAM.



6.7 Da Garantia Contratual

- 6.7.1 O período de garantia é aquele estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7

DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1 É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.
- 7.2 É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação.

8

DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 8.1 Para o recebimento do objeto desta licitação, o IPAM emitirá documento de Designação dos servidores que farão o recebimento nos termos do artigo 140, I, "a" e "b", da Lei n.º 14.133/2021.
- 8.2 O recebimento dar-se-á da seguinte forma:
- 8.2.1 Provisoriamente, no momento da entrega dos itens.
- 8.2.1.1 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser substituído, reparado ou corrigido, no prazo estabelecido pelo Fiscal designado, a contar da notificação do prestador de serviços, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.2.2 Definitivamente, com a emissão do respectivo termo de recebimento, após a verificação da qualidade, características e quantidades do objeto e consequente aceitação, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados após o recebimento provisório.
- 8.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 8.3 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

9

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1 Compete ao Contratante:
- 9.1.1 receber, fiscalizar, orientar, contestar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado;



- 9.1.2** receber o objeto e lavrar termo de recebimento provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações do Contratante, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o solicitado e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo;
- 9.1.2.1** comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.1.3** efetuar o pagamento ao fornecedor no valor correspondente à prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.
- 9.2** O IPAM não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 10.1** O fornecedor cumprirá todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 10.1.1** proceder à entrega dos itens no prazo e local fixados, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 10.1.2** considerar os preços propostos completos e suficientes para a execução do objeto desta contratação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte do fornecedor;
- 10.1.3** arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens, objeto desta contratação;
- 10.1.3.1** entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência;
- 10.1.4** indenizar terceiros e ao IPAM os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação, em conformidade com o artigo 120 da Lei n.º 14.133/2021;
- 10.1.5** arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado;
- 10.1.6** cumprir fielmente a contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 10.1.7** substituir o objeto avariado no prazo estabelecido neste Termo de Referência, ou não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer



impugnação feita pelo IPAM;

- 10.1.8 prestar informações sobre a utilização do objeto;
- 10.1.9 manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução contratual e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 10.1.10 responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- 10.1.11 não subcontratar o objeto desta contratação, salvo esteja expressamente permitido neste Termo de Referência;
- 10.1.12 prestar a garantia contratual, manutenção e assistência técnica, caso exigida neste Termo de Referência;
- 10.1.13 cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 10.1.14 informar ao IPAM, durante o período de vigência do Registro de Preços, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

11

DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1 O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/2021, artigo 115, *caput*).
- 11.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou instrumento equivalente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei n.º 14.133/2021, artigo 115, § 5.º).
- 11.3 A execução do contrato ou instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) designados, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/2021, artigo 117, *caput*).
- 11.3.1 O fiscal designado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato ou instrumento equivalente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/2021, artigo 117, § 1.º).
- 11.3.2 O fiscal designado informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/2021, artigo 117, § 2.º).
- 11.4 O fornecedor será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nele empregados (Lei n.º 14.133/2021, artigo 119).



- 11.5** O fornecedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo IPAM (Lei n.º 14.133/2021, artigo 120).
- 11.6** Somente o fornecedor será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato ou instrumento equivalente (Lei n.º 14.133/2021, artigo 121, *caput*).
- 11.6.1** A inadimplência do fornecedores em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou instrumento equivalente (Lei n.º 14.133/21, artigo 121, § 1.º).
- 11.7** As comunicações entre o IPAM e o fornecedor devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (Decreto Municipal 21.763/2021, Art.7, § 2.º).
- 11.8** O IPAM poderá convocar representante do fornecedor para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (Decreto Municipal n.º 21.763/2021).
- 11.9** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, sempre que a natureza da contratação exigir, o IPAM convocará o representante do fornecedor para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das penalizações aplicáveis, dentre outros (Decreto Municipal n.º 21.763/2021).
- 11.10** As aquisições previstas de serem realizadas a partir deste processo são submetidas ao Decreto Municipal Nº 21.763/2021.

12

DO PAGAMENTO

- 12.1** O pagamento será efetuado após a entrega do objeto, acompanhado das respectivas notas fiscais, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, após o ateste realizado pelo Fiscal designado pelo IPAM. A data do referido ateste será a mesma informada na emissão/inclusão do Termo de Recebimento Definitivo. Para cada pagamento, havendo possibilidade, o fornecedor deverá emitir duas notas fiscais, uma a ser paga pela área de Previdência do IPAM, e outra a ser paga pela área da Saúde do IPAM, em percentual de rateio a ser divulgado posteriormente.
- 12.2** O fornecedor deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.
- 12.2.1** Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o fornecedor adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o fornecedor ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do IPAM.



- 12.3** Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
- 12.4** A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o prestador de serviços apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrito no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pelo Contratado.
- 12.4.1** Enquanto o Contratante não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da Portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.
- 12.5** Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.
- 12.6** A atualização financeira dos valores a serem pagos terá como base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, contados desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento.
- 12.7** As notas fiscais deverão ser emitidas e encaminhadas em arquivos formatos PDF e XML, para o endereço eletrônico do IPAM, a ser divulgado posteriormente. Em cada entrega, o fornecedor deverá apresentar o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE juntamente com os itens. Os pagamentos serão efetivados, preferencialmente, por depósito bancário em conta a ser informada pelo fornecedor, ou por apresentação de boletos, ou outros que venham a substituí-los. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, do fornecedor.
- 12.8** Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do item/grupo poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação para menos, resultante da necessidade de serem obtidos valores unitários com até duas casas decimais, sendo que serão desconsideradas todas as casas posteriores à segunda.
- 12.9** Poderá ser emitida nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil em substituição ao contrato, nos termos do artigo 95, da Lei n.º 14.133/2021, quando se tratar de fornecimento não contínuo, para os itens com prazo de entrega imediata, integral e dos quais não resultem obrigações futuras.

13

DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

- 13.1** Como se trata de aquisição integral não há previsão de reajuste ou reequilíbrio de preços.

14

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL



- 14.1** Não haverá a exigência da garantia de execução contratual.

15

DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD, LEI N.º 13.709/2018

- 15.1** O fornecedor fica obrigado a:
- 15.1.1** cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;
 - 15.1.2** cumprir com o estabelecido pelo Contratante para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;
 - 15.1.3** guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução contratual, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
 - 15.1.4** não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;
 - 15.1.5** notificar o Contratante em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas) contadas da descoberta da referida violação;
 - 15.1.6** fornecer informações úteis ao Contratante sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;
 - 15.1.7** implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

16

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1** O fornecedor que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e prazos estabelecidos neste instrumento, em contrato ou na legislação atinente à execução do objeto ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei n.º 14.133/2021, às sanções a seguir estabelecidas, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização em conformidade com o Decreto Municipal n.º 21.763/2021 e alterações:
- 16.1.1** ADVERTÊNCIA ESCRITA em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.
 - 16.1.2** MULTA por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pelo IPAM, seguindo, ainda a tabela de classificação de inconformidades integrante deste item, nos seguintes termos:
 - 16.1.2.1** para inconformidade LEVE, será aplicada multa na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor global do item/grupo, até 30 (trinta) dias de atraso, podendo, justificadamente, ser



cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:

- 16.1.2.1.1** pela não entrega da documentação exigida para o certame, nos prazos previstos;
- 16.1.2.1.2** pelo retardamento da execução ou da conclusão do objeto da contratação sem motivo justificado.
- 16.1.2.2** para inconformidade MODERADA, será aplicada multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela inadimplida, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:
 - 16.1.2.2.1** pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado;
 - 16.1.2.2.2** pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 16.1.2.2.3** pela subcontratação de serviços quando não permitidos.
- 16.1.2.3** para inconformidade GRAVE:
 - 16.1.2.3.1** será aplicada multa de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item/grupo, pela não celebração da Ata de Registro de Preços ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 16.1.2.3.2** será aplicada multa de 0,10% (dez décimos por cento), ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento), pelo atraso injustificado na prestação dos serviços, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos;
 - 16.1.2.3.3** será aplicada multa de 15% (quinze por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto, salvo quando causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente.
- 16.1.2.4** para inconformidade GRAVÍSSIMA:
 - 16.1.2.4.1** será aplicada multa de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, pela inexecução total do objeto;
 - 16.1.2.4.2** será aplicada multa de 30% (trinta por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- 16.1.3** quando da reincidência em irregularidades será dobrada a multa correspondente à infração cometida conforme subitens anteriores, até o limite de 30% (trinta por cento).



- 16.1.4** IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 3 (três) anos, quando houver, bem como demais cominações legais, quando o licitante:
- 16.1.4.1** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 16.1.4.2** dar causa à inexecução total ou parcial do objeto;
 - 16.1.4.3** dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 16.1.4.4** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 16.1.4.5** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 16.1.4.6** não celebrar a contratação ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 16.1.5** IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 6 (seis) anos, quando houver, bem como demais cominações legais, quando o licitante:
- 16.1.5.1** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução contratual;
 - 16.1.5.2** fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução contratual;
 - 16.1.5.3** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 16.1.5.4** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
 - 16.1.5.5** praticar ato lesivo previsto no art. 5.º da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013;
 - 16.1.5.6** ocorrer em 1 (uma) infração enquadrada como gravíssima OU 2 (duas) infrações enquadradas como grave OU 3 (três) infrações enquadradas como moderada aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor em conformidade com o Decreto Municipal nº 21.763/2021 e alterações OU 4 (quatro) infrações enquadradas como leve, OU, independente do grau, no caso da ocorrência de 5 (cinco) infrações.
- 16.1.6** DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa executora ressarcir o IPAM pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.
- 16.2** Será facultada ao Contratado, nos termos da lei, apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste Termo de Referência.
- 16.3** As multas e seu pagamento não eximirão o fornecedor de ser acionado judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.
- 16.4** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



17

DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1 As despesas decorrentes da contratação dos serviços correrão por conta das dotações orçamentárias do IPAM, as quais constarão no Edital.

18

DO PERCENTUAL DE RATEIO CONFORME RESOLUÇÃO DOS CONSELHOS DO IPAM

- 18.1 O percentual de rateio para esta contratação é de 25% (vinte e cinco por cento) para a área da Previdência, e de 75% (setenta e cinco por cento) para a área da Saúde do IPAM.

19

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1 Informações e esclarecimentos sobre o objeto desta contratação poderão ser obtidos junto ao Setor de Licitações do IPAM, pelos telefones (54) 3289 5415 ou 3289 5457, no horário das 9h às 16h30min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

- 19.2 Fazem parte deste Termo de Referência:

ANEXO	DESCRIÇÃO
I	DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADE MÁXIMA DA CONTRATAÇÃO
II	FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Caxias do Sul, data da assinatura digital.

GUSTAVO DA SILVA MACHADO
Presidente do IPAM
Assinatura digital ao final do arquivo.

PEDRO AUGUSTO ZAGO STRACKE
Diretora Administrativa do IPAM
Assinatura digital ao final do arquivo.



ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

DESCRIÇÃO DO(S) ITEM(NS) E QUANTIDADE(S) MÁXIMA(S) DA CONTRATAÇÃO

ITEM	CÓDIGO GRP	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÁXIMA	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PARTICIPAÇÃO LC N.º 123/2006
1	10447	APARELHO DE TELEFONE FIXO: USO EM MESA OU PAREDE; CONSTITUÍDO DE MATERIAL ALTAMENTE RESISTENTE; COM FUNÇÕES PARA TRANSFERIR, REDISCAR E MUDO; DOIS TIPOS DE TOQUE; COM TRÊS VOLUMES DE CAMPAINHA; DESIGN MODERNO E ERGONÔMICO; ACOMPANHA FIO ESPIRALADO; FUNÇÃO MODO PABX; BIVOLT OU 220 V; NA COR CINZA ESCURO OU PRETO; GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.	UNIDADE	10	R\$ 68,23	EXCLUSIVA ME/EPP/MEI
2	10448	APARELHO TELEFÔNICO SEM FIO: COM OPÇÃO DE CAMPAINHA DESLIGADA; COM AGENDA DE, NO MÍNIMO, 50 NÚMEROS; COM DISCAGEM RÁPIDA, PARA NO MÍNIMO, 10 NÚMEROS; AUTO ATENDIMENTO/REPOUSO AUTOMÁTICO; BIP INDICATIVO FORA DE ÁREA (ALCANCE); COM 3 NÍVEIS DE VOLUME DE RECEPÇÃO; TECLA LOCALIZAR (LOCALIZADOR DO MONOFONE); MÍNIMO 4 FUNÇÕES: FLASH, PAUSA, TOM E REDISCAR; SUPORTE PARA CINTO; POSIÇÃO: MESA; TEMPO DE CARGA: 7 HORAS; TEMPO DE CONVERSACÃO: 13 HORAS; TEMPO EM STANDBY: 6 DIAS; VISOR (MONOFONE): 2.1"; FREQUÊNCIA: TECNOLOGIA DECT 6.0 (1.9GHZ); EXPANSÍVEL ATÉ 6 MONOFONES; COM 1 BASE COM 1 MONOFONE / 1 ADAPTADOR AC / 1 FIO TELEFÔNICO / 2 PILHAS RECARREGÁVEIS NI-MH / 1 PRENDEDOR DE CINTO; BIVOLT OU 220 V; COR: PRETA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.	UNIDADE	1	R\$ 172,10	EXCLUSIVA ME/EPP/MEI
3	45950	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO EM PVC RÍGIDO, COR PRETA, TAMANHO A4.	UNIDADE	120	R\$ 0,58	EXCLUSIVA ME/EPP/MEI
4	45951	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO EM PVC RÍGIDO, TRANSPARENTE, TAMANHO A4.	UNIDADE	120	R\$ 0,59	EXCLUSIVA ME/EPP/MEI
5	44378	CARTÃO DO PLANO DE SAÚDE IPAM - CARTÃO PVC FUNDIDO, LAMINADO, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, COLORIDO, IMPRESSÃO INTERNA, TAMANHO: 86MM X 54MM X 0,76MM DE ESPESSURA.	UNIDADE	3000	R\$ 5,14	EXCLUSIVA ME/EPP/MEI
6	46078	ENVELOPE DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA; TAMANHO: FECHADO 17,0X25,0CM; PAPEL / GRAMATURA: CARTOLINA AZUL, 180G/M². NÚMERO DE CORES: IMPRESSÃO MONOCROMÁTICA, 1X0 CORES. ACABAMENTO: NECESSITA DE CORTE, VINCO E COLAGEM MANUAL; A ABERTURA FICA NA LATERAL DIREITA MEDINDO 17,0CM E POSSUI UM SEMICÍRCULO DE 2,0CM DE RAIO RECORTADO NO CENTRO DA MESMA LATERAL, FACA DE CORTE	UNIDADE	1000	R\$ 2,59	EXCLUSIVA ME/EPP/MEI
7	58754	GARRAFA TÉRMICA 1 LITRO: MATERIAL EXTERNO: POLIPROPILENO; ISOLAMENTO TÉRMICO: AMPOLA DE VIDRO; CONSERVAÇÃO TÉRMICA MÍNIMA: 6 HORAS; SISTEMA DE SERVIR: ROLHA DE DUPLA AÇÃO (ROLHA E BICO); COM ALÇA LATERAL; SEM ESTAMPA.	UNIDADE	2	R\$ 35,35	EXCLUSIVA ME/EPP/MEI



ITEM	CÓDIGO GRP	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÁXIMA	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PARTICIPAÇÃO LC N.º 123/2006
8	71199	PILHA ALCALINA A27, TENSÃO NOMINAL: 12V; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM 1 UNIDADE; TECNOLOGIA: ALCALINA (NÃO RECARREGÁVEL).	UNIDADE	5	R\$ 4,70	EXCLUSIVA ME/EPP/MEI
9	57174	LÂMPADA BULBO LED A60 G5 9W - 220V: BASE E27; VIDA ÚTIL DE 25.000 HORAS; EFICIÊNCIA LUMINOSA: MÍNIMO DE 94 LM/W; TEMPERATURA DA COR: 6500 K; DEVE UTILIZAR LED COM CERTIFICAÇÃO LM80.	UNIDADE	10	R\$ 4,45	EXCLUSIVA ME/EPP/MEI
10	55551	TIARA PARA HEADSET: A) TIARA AJUSTÁVEL COM REVESTIMENTO EM PVC; B) PROTETOR AURICULAR COM REVESTIMENTO EM ESPUMA; C) COM CANCELAMENTO DE RUÍDO; D) MICROFONE ARTICULADO ANTI-TORÇÃO PARA DESEMPENHO E POSICIONAMENTO IDEAIS; E) SISTEMA QUE PERMITA AOS USUÁRIOS SE AFASTAREM DE SEUS TELEFONES SEM REMOVER O HEADSET; F) COR: PRETA; G) DE ACORDO COM A NR 17; H) COMPATÍVEL COM CENTRAL TELEFÔNICA LEUCOTRON.	UNIDADE	2	R\$ 88,06	EXCLUSIVA ME/EPP/MEI
11	71214	OBTURADOR UNIVERSAL EM MATERIAL RÍGIDO PARA SAÍDA DE ÁGUA DA CAIXA ACOPLADA; MATERIAL RÍGIDO (PVC, PP); DEVE POSSUIR CORRENTE PARA FIXAÇÃO À ALAVANCA INTERNA DA CAIXA ACOPLADA; MODELO UNIVERSAL.	UNIDADE	5	R\$ 26,10	EXCLUSIVA ME/EPP/MEI
12	67293	CILINDRO BROTHER DR3440: A) MODELO: DR3440; B) RENDIMENTO MÉDIO 5% COBERTURA DE 30.000 PÁGINAS; C) COMPATÍVEL EM IMPRESSORAS: DCP-L5652DN, MFC-L6702DW, OUTRAS; D) DEVERÁ SER NOVO (PRIMEIRO USO) E NÃO PODE SER RESULTADO DE REMANUFATURAMENTO, REFILAMENTO, REUTILIZAÇÃO OU RECONDICIONAMENTO; E) DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TOTALMENTE LACRADA, CONTENDO AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO, MARCA E INDICAÇÃO DO FABRICANTE.	UNIDADE	10	R\$ 70,89	EXCLUSIVA ME/EPP/MEI
13	67295	CARTUCHO TONNER BROTHER TN3472: A) MODELO: TN3472; B) RENDIMENTO MÉDIO 5% COBERTURA DE 12.000 PÁGINAS; C) PARA IMPRESSORAS: DCP-L5652DN, MFC-L6702DW, OUTRAS; D) DEVERÁ SER NOVO (PRIMEIRO USO) E NÃO PODEM SER RESULTADO DE REMANUFATURAMENTO, REFILAMENTO, REUTILIZAÇÃO OU RECONDICIONAMENTO; E) DEVERÁ PRODUIR IMPRESSÕES NÍTIDAS E DE BOA QUALIDADE; F) DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TOTALMENTE LACRADA, CONTENDO AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO, MARCA E INDICAÇÃO DO FABRICANTE; G) DEVERÁ POSSUIR ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR NA EMBALAGEM, CONTENDO RAZÃO SOCIAL, CNPJ, DATA DE ENTREGA, ENDEREÇO E TELEFONE DE CONTATO.	UNIDADE	20	R\$ 72,00	EXCLUSIVA ME/EPP/MEI
14	67297	CILINDRO BROTHER DR-620 COMPATÍVEL: A) MODELO: DR-620; B) RENDIMENTO MÉDIO 5% COBERTURA DE 25.000 PÁGINAS; C) IMPRESSORAS: MFC-L8890DW, HL-5350DN, OUTRAS; D) DEVERÁ SER NOVO (PRIMEIRO USO) E NÃO PODEM SER RESULTADO DE REMANUFATURAMENTO, REFILAMENTO, REUTILIZAÇÃO OU RECONDICIONAMENTO; E) DEVERÁ PRODUIR IMPRESSÕES NÍTIDAS E DE BOA QUALIDADE; F) DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TOTALMENTE LACRADA, CONTENDO AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO, MARCA E INDICAÇÃO DO FABRICANTE; G) DEVERÁ POSSUIR ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR NA EMBALAGEM, CONTENDO RAZÃO SOCIAL, CNPJ, DATA DE ENTREGA, ENDEREÇO E TELEFONE DE CONTATO.	UNIDADE	16	R\$ 78,42	EXCLUSIVA ME/EPP/MEI



ITEM	CÓDIGO GRP	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÁXIMA	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PARTICIPAÇÃO LC N.º 123/2006
15	67298	CARTUCHO TONNER KYOCERA TK3132 COMPATÍVEL: A) MODELO: TK3132; B) RENDIMENTO MÉDIO 5% COBERTURA DE 25.000 PÁGINAS; C) PARA IMPRESSORAS: FS-4300DN; D) DEVERÁ SER NOVO (PRIMEIRO USO) E NÃO PODEM SER RESULTADO DE REMANUFATURAMENTO, REFILAMENTO, REUTILIZAÇÃO OU RECONDICIONAMENTO; E) DEVERÁ PRODUIR IMPRESSÕES NÍTIDAS E DE BOA QUALIDADE; F) DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TOTALMENTE LACRADA, CONTENDO AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO, MARCA E INDICAÇÃO DO FABRICANTE; G) DEVERÁ POSSUIR ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR NA EMBALAGEM, CONTENDO RAZÃO SOCIAL, CNPJ, DATA DE ENTREGA, ENDEREÇO E TELEFONE DE CONTATO.	UNIDADE	2	R\$ 227,95	EXCLUSIVA ME/EPP/MEI
16	70167	CARTUCHO TONER PARA MULTIFUNCIONAL LEXMARK MX431ADW – ORIGINAL DO FABRICANTE: A) MODELO DA MULTIFUNCIONAL: LEXMARK MX431ADW; B) RENDIMENTO MÉDIO 5% COBERTURA DE 15.000 PÁGINAS; C) CÓDIGO DE REFERÊNCIA: 55B0HA0; D) DEVERÁ SER NOVO (PRIMEIRO USO) E NÃO PODEM SER RESULTADO DE REMANUFATURAMENTO, REFILAMENTO, REUTILIZAÇÃO OU RECONDICIONAMENTO; E) DEVERÁ PRODUIR IMPRESSÕES NÍTIDAS E DE BOA QUALIDADE; F) DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TOTALMENTE LACRADA, CONTENDO AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO, MARCA E INDICAÇÃO DO FABRICANTE; G) DEVERÁ POSSUIR ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE NA EMBALAGEM, CONTENDO RAZÃO SOCIAL, CNPJ, DATA DE ENTREGA, ENDEREÇO E TELEFONE DE CONTATO.	UNIDADE	20	R\$ 970,45	EXCLUSIVA ME/EPP/MEI
17	71200	TAPETE VINÍLICO, TIPO CAPACHO 2,1 X 2,5 M: A) FABRICADO EM FIBRA SINTÉTICA DE VINIL; B) PARA ALTO TRÁFEGO; C) ESPESSURA MÍNIMA 14 MM; D) MEDINDO 2,1 M L X 2,5 M C; E) ANTIDERRAPANTE, ANTICHAMAS E ALTA RESISTÊNCIA; F) COM BORDAS REBAIXADAS.	UNIDADE	1	R\$ 1.802,67	EXCLUSIVA ME/EPP/MEI
18	65150	BLOCO ADESIVO - 73 MM X 73 MM: 1A) PARA ANOTAÇÃO DE RECADOS; 2B) DIMENSÕES APROXIMADAS: 73 MM X 73 MM; 3C) BLOCO DE 100 FOLHAS; 4D) MULTICOR.	UNIDADE	10	R\$ 2,81	EXCLUSIVA ME/EPP/MEI
19	40709	ORGANIZADOR ESPIRAL ¾ POLEGADA EM POLIETILENO AC (ANTI-CHAMA), COM PAREDE MÍNIMA DE 1,5 MM. COR PRETA. EMBALAGEM COM 50 METROS	M	50	R\$ 5,45	EXCLUSIVA ME/EPP/MEI



ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

1

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 1.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.
- 1.1.1** Divisão da licitação: Adjudicação por item/grupo.
- 1.1.2** Modo de Disputa: Aberto.

2

PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 2.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- a)** Valor unitário e total do item, expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais, à vista, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento;
 - b)** Marca do item;
 - c)** Fabricante do item; e
 - d)** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência e/ou em seus Anexos. O licitante deve atentar-se para não se identificar ao preencher este campo.
- 2.1.1** O licitante deverá ofertar apenas uma marca e fabricante para o item.
- 2.1.2** Somente será admitida proposta para o quantitativo máximo para cada item.
- 2.1.3** As quantidades expressas no Termo de Referência e/ou em seus Anexos serão adquiridas de uma só vez, sendo que o(s) envio(s) de empenho(s) sinaliza o início da contagem do prazo de entrega.
- 2.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante vencedor.
- 2.3** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto



- 2.4 O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

3

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E DE DESEMPATE DAS PROPOSTAS

- 3.1 Os critérios de classificação, formulação de lances e de desempate das propostas integram o Edital.

4

CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

- 4.1 Os critérios de aceitabilidade das propostas estão dispostos no Edital.

5

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DAS PROPOSTAS

5.1 Documentação Técnica

- 5.1.1 Não haverá a exigência de documentação técnica nesta contratação.

5.2 Material Informativo, Catálogo ou Prospecto Técnico

- 5.2.1 Para os itens 1 a 4, 7 a 11, 17 e 19, o(s) licitante(s) provisoriamente classificado(s) em primeiro lugar, no prazo de 2h (duas horas) a contar da solicitação do Pregoeiro, podendo ser prorrogado, nos termos do Edital, deverá(ão) apresentar material informativo, catálogo ou prospecto técnico, com o MODELO informado na proposta, devidamente DESTACADO, editado pelo fabricante do objeto, quando a marca licitada não contemplar marca favorável pré aprovada. Os documentos deverão estar em língua portuguesa ou traduzidos para esse idioma.

- 5.2.1.1 Não será aceito material informativo, catálogo ou prospecto técnico editado por representantes, revendedores, importadores, independente da anuência do fabricante.

- 5.2.1.2 No caso em que o material informativo, catálogo ou prospecto técnico do objeto for obtido via internet, este deverá conter indicação, por escrito, na proposta, conforme disposto no item 2.1 deste Anexo, do endereço eletrônico em que foi obtido, permitindo a consulta, se necessário, pelo Pregoeiro, da correspondência do material apresentado com o material disponível online.

- 5.2.1.3 **Somente será aceito documento do próprio fabricante, claramente identificado como material informativo, catálogo ou prospecto técnico, ou comprovação que seja considerada suficiente para averiguação das características solicitadas, durante o período de análise dos documentos de habilitação.**

- 5.2.1.4 O não atendimento a qualquer um dos requisitos acima implicará desclassificação do item/grupo.



5.3 Apresentação de Amostra(s)/Prova(s)

5.3.1 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, deverá entregar amostras/provas para os itens 5, 6 e 18, ou quando a marca licitada não contemplar marca favorável pré aprovada e deverá entregar 1 (uma) amostra/prova de cada item ofertado, em embalagem original, em até 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação expressa emitida pelo Pregoeiro.

5.3.1.1 A(s) amostra(s)/prova(s) deverá(ão) ser identificada(s), por meio de etiqueta adesiva ou outra forma de identificação, onde constem os seguintes dados: razão social do licitante, n.º do pregão, n.º do item, marca e fabricante.

5.3.1.2 O licitante assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega da(s) amostra(s)/prova(s).

5.3.1.3 É facultada a prorrogação do prazo estabelecido para entrega a partir de solicitação fundamentada pelo licitante, antes de findo o prazo. A solicitação será analisada pelo Pregoeiro que informará sobre o aceite, ou não, da prorrogação.

5.3.2 O local de entrega da(s) amostra(s)/prova(s) será:

5.3.2.1 Para toda(s) a(s) amostra(s)/prova(s): Setor de Licitações, 7.º andar do IPAM, localizado à Rua Pinheiro Machado n.º 2269, Centro, Caxias do sul, RS, no horário das 9h (nove horas) às 16h30min (dezesesseis horas e trinta minutos), de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

5.3.3 A não apresentação da(s) amostra(s)/prova(s), a apresentação da(s) amostra(s)/prova(s) fora do prazo, ou a apresentação de amostra(s)/prova(s) em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus Anexos implicará a automática desclassificação do item/grupo, salvo quanto à entrega de amostra(s)/prova(s) cujos dados de identificação não estejam completos; neste caso, será avaliada a possibilidade de identificação do licitante.

5.3.4 A(s) amostra(s)/prova(s) será(ão) avaliadas(s) por servidores do IPAM, que observarão, além das especificações constantes no Termo de Referência, os seguintes critérios e padrões mínimos de aceitabilidade:

ITEM	CRITÉRIOS A SEREM AVALIADOS NA AMOSTRA/PROVA
5	FIDELIDADE QUANTO AO DESCRITIVO E PROVA, PERFEITA COMPATIBILIDADE DA IMPRESSÃO DOS DADOS FIXOS COM OS DADOS VARIÁVEIS.
6	FIDELIDADE QUANTO AO DESCRITIVO, PERFEITO ACABAMENTO; SEM REBARBAS.
18	FIDELIDADE QUANTO AO DESCRITIVO E PROVA, COLAGEM PERFEITA

5.3.5 Ficam desobrigadas de entregar catálogo ou amostra(s) do(s) item(ns) abaixo, o(s) licitante(s) que ofertar(em) a(s) seguinte(s) marca(s) e/ou modelo(s) pré aprovados:



ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA PRÉ APROVADA
1	APARELHO DE TELEFONE FIXO	INTELBRAS
2	APARELHO TELEFÔNICO SEM FIO:	INTELBRAS
3	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO EM PVC RÍGIDO, COR PRETA, TAMANHO A4.	MARES
4	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO EM PVC RÍGIDO, TRANSPARENTE, TAMANHO A4.	MARES
7	GARRAFA TÉRMICA 1 LITRO	TERMOLAR
8	PILHA ALCALINA A27	RAYOVAC; DURACELL
10	TIARA PARA HEADSET	INTELBRAS
18	BLOCO ADESIVO - 73 MM X 73 MM	3M; LIKE; BRW

- 5.3.6** Caberá ao IPAM apresentar ao Pregoeiro o relatório de entrega e análise da(s) amostra(s)/prova(s), com parecer técnico devidamente justificado, indicando se o(s) item(ns) foi(ram) aprovado(s) ou reprovado(s), em até 5 (cinco) dias úteis após o seu recebimento.
- 5.3.7** O resultado do relatório de entrega e análise da(s) amostra(s)/prova(s) será divulgado por meio de mensagem no sistema.
- 5.3.8** Se a(s) amostra(s)/prova(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s)/prova(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência e seus Anexos. Em caso de reprovação da prova dos itens 4 e 5, o licitante terá o prazo de até 10 (dias) dias úteis para nova apresentação, com as adequações apontadas pelo IPAM até o máximo de 1 (uma) tentativa. A recusa de apresentação da nova prova adequada ou reprovação da nova prova adequada acarretará a desclassificação do item do licitante.
- 5.3.9** Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, manuais de operação e manutenção editados pelo fabricante, podendo ser originais, cópias reprográficas sem autenticação ou obtidos via internet no site do fabricante, em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso. Os documentos deverão estar em língua portuguesa ou traduzidos para este idioma.
- 5.3.10** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 5.3.11** A(s) amostra(s) aprovada(s) não será(ão) devolvida(s), pois servirá(ão) de contraprova para o recebimento do objeto.
- 5.3.12** A(s) amostra(s)/prova(s) reprovada(s), após o resultado final do certame, poderá(ão) ser retirada(s), no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pelo IPAM, sem direito a ressarcimento.



6

HABILITAÇÃO

6.1 O(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar no certame deverá(ão) comprovar os seguintes requisitos de habilitação: Habilitação Jurídica; Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista. A habilitação do(s) licitante(s) será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP n.º 03, de 2018, nos documentos por eles abrangidos, ou, ainda, nos documentos anexados.

6.2 Para fins de HABILITAÇÃO, o licitante deverá encaminhar os documentos a seguir relacionados, devidamente ATUALIZADOS e VIGENTES na data da abertura da licitação:

6.2.1 CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL - CRC, disponibilizado pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, sendo que este documento deverá ter a data de expedição não superior a 30 (trinta) dias.

6.2.2 Comprovante que demonstre a SITUAÇÃO DO FORNECEDOR perante o SICAF, sendo que os níveis de credenciamento exigidos para este certame deverão estar atualizados e em vigor na data da abertura desta licitação.

6.2.2.1 O cadastramento atualizado nos níveis I, II, III, IV, V e VI supre as exigências dos artigos 66 a 70 da Lei n.º 14.333/2021. O nível I cumpre o registro cadastral ou credenciamento vigente junto ao SICAF, previsto no artigo 70, inciso II da referida Lei. Ainda, para esta licitação serão exigidos os seguintes níveis de cadastro atualizados no SICAF:

NÍVEL	ARTIGO	HABILITAÇÃO
II	66	JURÍDICA
III E IV	68	FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

6.2.2.2 Para realizar ou atualizar seu cadastramento e incluir sua documentação vigente, o licitante interessado ou quem o represente deverá consultar o Manual do SICAF disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no acesso “Fornecedor” opção “Manuais”. É de responsabilidade do licitante manter sua documentação atualizada e em vigor no SICAF, para fins de habilitação e contratação.

6.2.2.3 Não havendo a possibilidade de atualizar o comprovante que demonstre a Situação do Fornecedor perante o SICAF antes da data de abertura deste certame, os licitantes poderão encaminhar, juntamente com o referido comprovante, os documentos vigentes relativos aos níveis exigidos no subitem 6.2.2.1 deste Termo de Referência.

6.2.3 Além dos comprovantes requisitados nos subitens 6.2.1 e 6.2.2, o licitante deverá apresentar o Registro Comercial, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se



tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.

- 6.2.3.1** Em se tratando de contrato social, o licitante poderá apresentar a versão consolidada, devendo a mesma vir acompanhada de todas as alterações posteriores, caso houver.
- 6.2.3.2** Somente serão habilitados os licitantes que apresentarem objeto social com ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação.
- 6.2.4** Documentação não solicitada neste Termo de Referência será desconsiderada para fins de arquivo no processo administrativo que deu origem a esta contratação.
-

Documento assinado por

Órgão/Grupo/Matrícula

Data

PEDRO AUGUSTO ZAGO STRACKE

IPAM / DIRADM / 452

01/06/2026 11:21:01

Documento Assinado Digitalmente





Nome do arquivo: 2026 AME 32 TERMO DE REFERENCIA 02

Autenticidade: Documento íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICAÇÃO

Gustavo da Silva Machado

01/06/2026 15:14:07 GMT-03:00 02679282035



Conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, o documento eletrônico assinado digitalmente tem comprovação pela cadeia da ICP-Brasil com a assinatura qualificada ou com a assinatura avançada pela cadeia gov.br regulada pela Lei nº 14.063 de 23/09/2020.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Processo PROA n.º 25/9120-0000673-7.

2 - DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Não há.

3 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

O Instituto de Previdência e Assistência Municipal (IPAM), autarquia do Município de Caxias do Sul/RS, é responsável pela Previdência dos servidores do Município, assim como da gestão do Plano de Saúde. A partir disso, diversas são as atividades desenvolvidas, assim como o são os materiais necessários para as auxiliar. Esses materiais, concentrados no estoque, parte do Setor de Almoxarifado, são acompanhados quanto à saída e entrada, sendo possível realizar diagnósticos que tratem de sua disponibilidade para uso.

Utilizar-se-á a nomenclatura *materiais de reposição de estoque* de modo a abranger pequenos grupos de itens de naturezas diversas, mas que se tratam, por fim, de materiais que ficam à disposição para retirada coerente por servidores, como materiais de expediente, elétricos e eletrônicos, de manutenção de bens móveis, de construção, hidráulicos, de tecnologia da informação e comunicação, entre outros.

Com o uso de produtos diversos, como aparelhos de telefone fixo, envelopes e cartuchos, é estritamente necessário manter um acompanhamento adequado de entradas e saídas, o que é devidamente realizado pelo Setor citado supra, e a partir dessa análise, obtiveram-se os materiais e quantidades associadas, as quais acredita-se serem necessárias para, aproximadamente, o período entre o mês de junho de 2026 e maio de 2027.

É importante se observar que no ano de 2025 foi realizado o Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços (PE SRP nº 2/2025) para materiais de estoque, resultando em Atas de Registro de Preço (ARP) que findam em 31 de maio do ano corrente, ressaltando que todos os itens disponíveis nas atas já foram adquiridos.

O Pregão Eletrônico (Arts. 6º, XLI, e 28, I, da Lei nº 14.133/2021) se apresenta como a modalidade de licitação mais adequada, visto que não há, claramente, motivações para se estabelecer uma exceção suficiente à realização de uma Dispensa de Licitação. Poder-se-ia vislumbrar uma Dispensa de Licitação pelo baixo valor que se imagina ser associado a toda a aquisição, entretanto se trata de materiais muito comuns, em sua maioria, os quais podem ser fornecidos por empresas de diversos municípios e até estados diferentes, oportunizando que grandes empresas, por exemplo, tenham possibilidade de apresentarem valores mais econômicos. Essa abrangência dificilmente seria possível através de ferramentas de pesquisa direta para uma Dispensa de Licitação, por exemplo.

Em resumo, indica-se a realização de um Pregão Eletrônico para a aquisição de materiais de reposição de estoque do IPAM. Tais materiais estão abaixo elencados, de forma genérica, bem como a previsão de uso anual, observando-se o período de junho de 2026 e maio de 2027.

ITEM	DESCRIÇÃO GENÉRICA (Descrição detalhada no Anexo Único)	UNIDADE	QUANTIDADE	CATÁLOGO/ AMOSTRA	MARCA PRÉ APROVADA
1	APARELHO DE TELEFONE FIXO	UNIDADE	10	Catálogo	INTELBRAS
2	APARELHO TELEFÔNICO SEM FIO	UNIDADE	1	Catálogo	INTELBRAS
3	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO EM PVC RÍGIDO, COR PRETA, TAMANHO A4	UNIDADE	120	Catálogo	MARES





MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL – IPAM
FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES – FAPS



ITEM	DESCRIÇÃO GENÉRICA (Descrição detalhada no Anexo Único)	UNIDADE	QUANTIDADE	CATÁLOGO/ AMOSTRA	MARCA PRÉ APROVADA
4	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO EM PVC RÍGIDO, TRANSPARENTE, TAMANHO A4	UNIDADE	120	Catálogo	MARES
5	CARTÃO DO PLANO DE SAÚDE IPAM - CARTÃO PVC	UNIDADE	3000	Amostra/Prova	(Modelo próprio do IPAM)
6	ENVELOPE DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA	UNIDADE	1000	Amostra/Prova	(Modelo próprio do IPAM)
7	GARRAFA TÉRMICA 1 LITRO	UNIDADE	2	Catálogo	TERMOLAR
8	PILHA ALCALINA A27	UNIDADE	2	Catálogo	RAYOVAC; DURACELL
9	LÂMPADA BULBO LED A60 G5 9W - 220V	UNIDADE	10	Catálogo	-
10	TIARA PARA HEADSET	UNIDADE	2	Catálogo	INTELBRAS
11	OBTURADOR UNIVERSAL EM MATERIAL RÍGIDO PARA SAÍDA DE ÁGUA DA CAIXA ACOPLADA	UNIDADE	5	Catálogo	-
12	CILINDRO BROTHER DR3440	UNIDADE	10	-	-
13	CARTUCHO TONNER BROTHER TN3472	UNIDADE	20	-	-
14	CILINDRO BROTHER DR-620	UNIDADE	16	-	-
15	CARTUCHO TONNER KYOCERA TK3132 COMPATÍVEL	UNIDADE	2	-	-
16	CARTUCHO TONER PARA MULTIFUNCIONAL LEXMARK MX431ADW – ORIGINAL DO FABRICANTE	UNIDADE	20	-	-
17	TAPETE VINÍLICO, TIPO CAPACHO	UNIDADE	1	Catálogo	-
18	BLOCO ADESIVO - 73 MM X 73 MM	UNIDADE	10	Amostra	3M; LIKE; BRW
19	ORGANIZADOR ESPIRAL	METRO	50	Catálogo	-

Destaca-se que copos plásticos descartáveis, papel higiênico, papel toalha e papel A4 são itens os quais o IPAM adquire através de Atas de Registro de Preço junto à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS. Outros itens que já foram comprados em outras oportunidades não surgem como necessários, ao menos no momento.

Nesse ano o IPAM irá participar junto à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS de outras Atas de Registro de Preço além das já citadas.

Os itens deverão ser entregues na sede do IPAM, situada na rua Pinheiro Machado, n.º 2269, Centro, de segunda a sexta-feira, quando dias úteis, no horário das 9h (nove horas) às 13h (treze horas). O fornecedor deverá agendar a entrega dos materiais pelo telefone (54) 3289 5462.

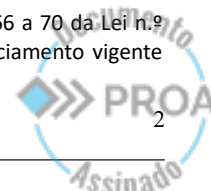
O prazo para todos os itens, a cada entrega, não poderá ser superior a 20 (vinte) dias consecutivos, contados após a data de recebimento da nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou após a data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

A solicitação de fornecimento se dará através de nota de empenho enviada ao fornecedor via correio eletrônico (e-mail), contendo a indicação do item, quantidade, valor, local, horário e prazo de entrega.

4 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO:

De acordo com o artigo 70, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações, para ser habilitado no certame o licitante interessado deverá apresentar: CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL - CRC, disponibilizado pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, do Governo Federal; e comprovante que demonstre a SITUAÇÃO DO FORNECEDOR perante o SICAF, sendo que os níveis de credenciamento exigidos para este certame deverão estar atualizados e em vigor na data da abertura desta licitação. Este último comprovante compreende: habilitação jurídica; habilitação técnica; habilitação fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira.

A atualização do cadastramento nos níveis I, II, III, IV, V e VI supre as exigências dos artigos 66 a 70 da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações: para este certame o nível I cumpre o registro cadastral ou credenciamento vigente





MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL – IPAM
FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES – FAPS



junto ao SICAF, previsto no artigo 70, inciso II; o nível II cumpre os requisitos da habilitação jurídica, previstos no artigo 66; e os níveis III e IV cumprem os requisitos da habilitação fiscal, social e trabalhista, previstos no artigo 68.

Para realizar ou atualizar seu cadastramento, o licitante interessado ou quem o representante deverá consultar o Manual do SICAF disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no acesso “Fornecedor” opção “Manuais”. É de responsabilidade do licitante manter sua documentação atualizada no SICAF, para fins de habilitação e contratação.

Para os itens indicados como necessário apresentar Catálogo, o(s) licitante(s) provisoriamente classificado(s) em primeiro lugar, no prazo de 2h (duas horas) a contar da solicitação do Pregoeiro, podendo ser prorrogado, nos termos do Edital, deverá(ão) apresentar material informativo, catálogo ou prospecto técnico, com o MODELO informado na proposta, devidamente DESTACADO, editado pelo fabricante do objeto, quando a marca licitada não contemplar marca favorável pré-aprovada, ou não houver marca pré-aprovada. Os documentos deverão estar em língua portuguesa ou traduzidos para esse idioma. Somente será aceito documento do próprio fabricante, claramente identificado como material informativo, catálogo ou prospecto técnico, ou comprovação que seja considerada suficiente para averiguação das características solicitadas, durante o período de análise dos documentos de habilitação.

O licitante detentor da melhor oferta deverá entregar amostras/provas para os itens indicados na tabela supra, quando a marca licitada não contemplar marca favorável pré-aprovada e deverá entregar 1 (uma) amostra/prova de cada item ofertado, em embalagem original, em até 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação expressa emitida pelo Pregoeiro.

Cada amostra/prova deverá ser identificada, por meio de etiqueta adesiva ou outra forma de identificação, onde constem os seguintes dados: razão social do licitante, n.º do pregão, n.º do item, marca e fabricante.

As amostras/provas deverão ser entregues no Setor de Licitações, 7º andar do IPAM, localizado à Rua Pinheiro Machado n.º 2269, Centro, Caxias do Sul/RS, no horário das 9h (nove horas) às 16h30min (dezesseis horas e trinta minutos), de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

A não apresentação das amostras/provas, a apresentação das amostras/provas fora do prazo, ou a apresentação de amostras/provas em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos, implicará a automática desclassificação do item.

Os itens que citam “Amostra/Prova”, o licitante será responsável pela retirada de modelo físico do item no IPAM, nos mesmos horários acima mencionados quanto ao Setor de Licitações, para confecção de amostra a ser aprovada nos mesmos termos das demais acima descritas, ou de outra forma, suficiente para garantir as características do item licitado, a ser combinada.

Cada amostra/prova será analisada por servidores do IPAM, que observarão, além das especificações constantes no Edital e seus Anexos, os seguintes critérios:

ITEM	CRITÉRIOS A SEREM AVALIADOS NA AMOSTRA/PROVA
5	FIDELIDADE QUANTO AO DESCRITIVO E PROVA, PERFEITA COMPATIBILIDADE DA IMPRESSÃO DOS DADOS FIXOS COM OS DADOS VARIÁVEIS.
6	FIDELIDADE QUANTO AO DESCRITIVO, PERFEITO ACABAMENTO; SEM REBARBAS.
18	FIDELIDADE QUANTO AO DESCRITIVO E PROVA, COLAGEM PERFEITA

Caberá ao IPAM apresentar ao Pregoeiro o relatório de entrega e análise das amostras/provas, com parecer técnico (aprovado ou reprovado) devidamente justificado, indicando se os itens foram aprovados ou reprovados, em até 5 (cinco) dias úteis após o seu recebimento. Poderão não ser aceitos itens para avaliação sem a devida identificação, salvo quando fora do prazo estipulado, hipótese na qual os itens sequer serão avaliados. As amostras não serão devolvidas, sendo que as amostras aprovadas servirão para contraprova no recebimento do objeto. As amostras reprovadas ficarão disponíveis pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, no mesmo local onde foram entregues.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO:



Instituto de Previdência e Assistência Municipal - IPAM
 Rua Pinheiro Machado, 2269, Centro, CEP 95020-172, Caxias do Sul - RS
 CNPJ: 88.892.393/0001-36
 Telefone: (54) 3289 5400 – www.ipamcaxias.rs.gov.br



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL – IPAM
FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES – FAPS



Para a contratação objeto deste Estudo a solução mais vantajosa é a realização de procedimento na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, fundamentada nos artigos 6º, inciso XLI, e 28, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço de cada item.

Nessa oportunidade se apresenta viável dispensar o uso de Sistema de Registro de Preços (SRP), visto que o espaço físico para estoque no IPAM é suficiente para os itens previstos. No SRP além da entrega ser fracionada, há possibilidade de não ser totalmente solicitada além de envolver diversos fretes. A compra integral oportuniza ofertas mais vantajosas, pela segurança da venda e pelo fato da entrega do material ser integral.

Logicamente se reitera, para tanto, que se deve observar outros princípios necessários à Administração Pública, como a razoabilidade e a proporcionalidade.

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Aquisição de materiais para reposição de estoque para atender as necessidades do Instituto de Previdência e Assistência Municipal - IPAM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

A necessidade de aquisição encontra-se demonstrada no item 3 do presente ETP, sendo que os requisitos da contratação foram elencados no item 4 e as possíveis soluções foram analisadas no item 5 do presente ETP.

7 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

A estimativa das quantidades da contratação, com base no histórico de consumo dos anos anteriores, encontra-se no demonstrativo do quadro do item 3 do presente ETP.

8 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

A estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, constará do Termo de Referência desta licitação. Através de pesquisa prévia devidamente documentada no processo o valor total a previsto para o PE é de R\$ 44.733,61.

9 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Não há.

10 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Não há.

11 - DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO – PAC:

O objeto da contratação em tela fora previsto no Plano de Contratações Anual 2026 (PCA 2026), assim como na LDO, LOA e PPA. Eventuais itens que não constem no PCA 2026 serão incluídos no ano corrente oportunamente.

12 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

Com esta contratação pretende-se suprir o estoque do IPAM de todos os produtos necessários ao bom e correto andamento das atividades e serviços prestados pelo Instituto.

13 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:



Instituto de Previdência e Assistência Municipal - IPAM
Rua Pinheiro Machado, 2269, Centro, CEP 95020-172, Caxias do Sul - RS
CNPJ: 88.892.393/0001-36
Telefone: (54) 3289 5400 – www.ipamcaxias.rs.gov.br



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL – IPAM
FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES – FAPS



Não serão necessárias providências a serem adotadas, visto que os servidores designados para a fiscalização e gestão contratual possuem conhecimento do assunto.

14 - IMPACTOS AMBIENTAIS:

A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais, contudo deverão ser observados os seguintes requisitos ambientais:

Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa n.º 01/2010/SLTI/MPOG, os licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação.

Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Os licitantes devem optar, quando possível, por produtos constituídos por materiais naturais.

15 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Prevê-se entrega imediata e integral dos bens adquiridos, após a emissão das notas de empenho

Caxias do Sul, data da assinatura digital.



PEDRO AUGUSTO ZAGO STRACKE
Respondendo pela Presidência do IPAM
Assinatura digital ao final do arquivo





MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL – IPAM
FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES – FAPS



ANEXO ÚNICO – DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS DE REPOSIÇÃO DE ESTOQUE

ITEM		DESCRIÇÃO DETALHADA
Nº	CÓDIGO GRP	
1	10447	APARELHO DE TELEFONE FIXO: USO EM MESA OU PAREDE; CONSTITUÍDO DE MATERIAL ALTAMENTE RESISTENTE; COM FUNÇÕES PARA TRANSFERIR, REDISCAR E MUDO; DOIS TIPOS DE TOQUE; COM TRÊS VOLUMES DE CAMPAINHA; DESIGN MODERNO E ERGONÔMICO; ACOMPANHA FIO ESPIRALADO; FUNÇÃO MODO PABX; BIVOLT OU 220 V; NA COR CINZA ESCURO OU PRETO; GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.
2	10448	APARELHO TELEFÔNICO SEM FIO: COM OPÇÃO DE CAMPAINHA DESLIGADA; COM AGENDA DE, NO MÍNIMO, 50 NÚMEROS; COM DISCAGEM RÁPIDA, PARA NO MÍNIMO, 10 NÚMEROS; AUTO ATENDIMENTO/REPOUSO AUTOMÁTICO; BIP INDICATIVO FORA DE ÁREA (ALCANCE); COM 3 NÍVEIS DE VOLUME DE RECEPÇÃO; TECLA LOCALIZAR (LOCALIZADOR DO MONOFONE); MÍNIMO 4 FUNÇÕES: FLASH, PAUSA, TOM E REDISCAR; SUPORTE PARA CINTO; POSIÇÃO: MESA; TEMPO DE CARGA: 7 HORAS; TEMPO DE CONVERSACÃO: 13 HORAS; TEMPO EM STANDBY: 6 DIAS; VISOR (MONOFONE): 2.1"; FREQUÊNCIA: TECNOLOGIA DECT 6.0 (1.9GHZ); EXPANSÍVEL ATÉ 6 MONOFONES; COM 1 BASE COM 1 MONOFONE / 1 ADAPTADOR AC / 1 FIO TELEFÔNICO / 2 PILHAS RECARREGÁVEIS NI-MH / 1 PRENDEDOR DE CINTO; BIVOLT OU 220 V; COR: PRETA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.
3	45950	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO EM PVC RÍGIDO, COR PRETA, TAMANHO A4.
4	45951	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO EM PVC RÍGIDO, TRANSPARENTE, TAMANHO A4.
5	44378	CARTÃO DO PLANO DE SAÚDE IPAM - CARTÃO PVC FUNDIDO, LAMINADO, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, COLORIDO, IMPRESSÃO INTERNA, TAMANHO: 86MM X 54MM X 0,76MM DE ESPESSURA.
6	46078	ENVELOPE DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA; TAMANHO: FECHADO 17,0X25,0CM; PAPEL / GRAMATURA: CARTOLINA AZUL, 180G/M². NÚMERO DE CORES: IMPRESSÃO MONOCROMÁTICA, 1X0 CORES. ACABAMENTO: NECESSITA DE CORTE, VINCO E COLAGEM MANUAL; A ABERTURA FICA NA LATERAL DIREITA MEDINDO 17,0CM E POSSUI UM SEMICÍRCULO DE 2,0CM DE RAIO RECORTADO NO CENTRO DA MESMA LATERAL, FACA DE CORTE
7	58754	GARRAFA TÉRMICA 1 LITRO: MATERIAL EXTERNO: POLIPROPILENO; ISOLAMENTO TÉRMICO: AMPOLA DE VIDRO; CONSERVAÇÃO TÉRMICA MÍNIMA: 6 HORAS; SISTEMA DE SERVIR: ROLHA DE DUPLA AÇÃO (ROLHA E BICO); COM ALÇA LATERAL; SEM ESTAMPA.
8	71199	PILHA ALCALINA A27, TENSÃO NOMINAL: 12V; APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM 1 UNIDADE; TECNOLOGIA: ALCALINA (NÃO RECARREGÁVEL);
9	57174	LÂMPADA BULBO LED A60 G5 9W - 220V: BASE E27; VIDA ÚTIL DE 25.000 HORAS; EFICIÊNCIA LUMINOSA: MÍNIMO DE 94 LM/W; TEMPERATURA DA COR: 6500 K; DEVE UTILIZAR LED COM CERTIFICAÇÃO LM80.
10	55551	TIARA PARA HEADSET: A) TIARA AJUSTÁVEL COM REVESTIMENTO EM PVC; B) PROTETOR AURICULAR COM REVESTIMENTO EM ESPUMA; C) COM CANCELAMENTO DE RUÍDO; D) MICROFONE ARTICULADO ANTI-TORÇÃO PARA DESEMPENHO E POSICIONAMENTO IDEAIS; E) SISTEMA QUE PERMITA AOS USUÁRIOS SE AFASTAREM DE SEUS TELEFONES SEM REMOVER O HEADSET; F) COR: PRETA; G) DE ACORDO COM A NR 17; H) COMPATÍVEL COM CENTRAL TELEFÔNICA LEUCOTRON.
11	71214	OBTURADOR UNIVERSAL EM MATERIAL RÍGIDO PARA SAÍDA DE ÁGUA DA CAIXA ACOPLADA; MATERIAL RÍGIDO (PVC, PP); DEVE POSSUIR CORRENTE PARA FIXAÇÃO À ALAVANCA INTERNA DA CAIXA ACOPLADA; MODELO UNIVERSAL.
12	67293	CILINDRO BROTHER DR3440: A) MODELO: DR3440; B) RENDIMENTO MÉDIO 5% COBERTURA DE 30.000 PÁGINAS; C) COMPATÍVEL EM IMPRESSORAS: DCP-L5652DN, MFC-L6702DW, OUTRAS; D) DEVERÁ SER NOVO (PRIMEIRO USO) E NÃO PODE SER RESULTADO DE REMANUFATURAMENTO, REFILEAMENTO, REUTILIZAÇÃO OU RECONDICIONAMENTO; E) DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TOTALMENTE LACRADA, CONTENDO AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO, MARCA E INDICAÇÃO DO FABRICANTE.
13	67295	CARTUCHO TONNER BROTHER TN3472: A) MODELO: TN3472; B) RENDIMENTO MÉDIO 5% COBERTURA DE 12.000 PÁGINAS; C) PARA IMPRESSORAS: DCP-L5652DN, MFC-L6702DW, OUTRAS; D) DEVERÁ SER NOVO (PRIMEIRO USO) E NÃO PODEM SER RESULTADO DE REMANUFATURAMENTO, REFILEAMENTO, REUTILIZAÇÃO OU RECONDICIONAMENTO; E) DEVERÁ PRODUIR IMPRESSÕES NÍTIDAS E DE BOA QUALIDADE; F) DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TOTALMENTE LACRADA, CONTENDO AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO, MARCA E INDICAÇÃO DO FABRICANTE; G) DEVERÁ POSSUIR ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR NA EMBALAGEM, CONTENDO RAZÃO SOCIAL, CNPJ, DATA DE ENTREGA, ENDEREÇO E TELEFONE DE CONTATO.
14	67297	CILINDRO BROTHER DR-620: A) MODELO: DR-620; B) RENDIMENTO MÉDIO 5% COBERTURA DE 25.000 PÁGINAS; C) IMPRESSORAS: MFC-L8890DW, HL-5350DN, OUTRAS; D) DEVERÁ SER NOVO (PRIMEIRO USO) E NÃO PODEM SER RESULTADO DE REMANUFATURAMENTO, REFILEAMENTO, REUTILIZAÇÃO OU RECONDICIONAMENTO; E) DEVERÁ PRODUIR IMPRESSÕES NÍTIDAS E DE BOA QUALIDADE; F) DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TOTALMENTE LACRADA, CONTENDO AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO, MARCA E INDICAÇÃO DO FABRICANTE; G) DEVERÁ POSSUIR ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR NA EMBALAGEM, CONTENDO RAZÃO SOCIAL, CNPJ, DATA DE ENTREGA, ENDEREÇO E TELEFONE DE CONTATO.
15	67298	CARTUCHO TONNER KYOCERA TK3132 COMPATÍVEL: A) MODELO: TK3132; B) RENDIMENTO MÉDIO 5% COBERTURA DE 25.000 PÁGINAS; C) PARA IMPRESSORAS: FS-4300DN; D) DEVERÁ SER NOVO (PRIMEIRO USO) E NÃO PODEM SER RESULTADO DE REMANUFATURAMENTO, REFILEAMENTO, REUTILIZAÇÃO OU RECONDICIONAMENTO; E) DEVERÁ PRODUIR IMPRESSÕES NÍTIDAS E DE BOA QUALIDADE; F) DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TOTALMENTE LACRADA, CONTENDO AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO, MARCA E INDICAÇÃO DO FABRICANTE; G) DEVERÁ POSSUIR ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR NA EMBALAGEM, CONTENDO RAZÃO SOCIAL, CNPJ, DATA DE ENTREGA, ENDEREÇO E TELEFONE DE CONTATO.



Instituto de Previdência e Assistência Municipal - IPAM
 Rua Pinheiro Machado, 2269, Centro, CEP 95020-172, Caxias do Sul - RS
 CNPJ: 88.892.393/0001-36
 Telefone: (54) 3289 5400 – www.ipamcaxias.rs.gov.br



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL – IPAM
FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES – FAPS



ITEM		DESCRIÇÃO DETALHADA
Nº	CÓDIGO GRP	
16	70167	CARTUCHO TONER PARA MULTIFUNCIONAL LEXMARK MX431ADW – ORIGINAL DO FABRICANTE: MODELO DA MULTIFUNCIONAL: LEXMARK MX431ADW; RENDIMENTO MÉDIO 5% COBERTURA DE 15.000 PÁGINAS; CÓDIGO DE REFERÊNCIA: 55B0HA0; DEVERÁ SER NOVO (PRIMEIRO USO) E NÃO PODEM SER RESULTADO DE REMANUFATURAMENTO, REFILAMENTO, REUTILIZAÇÃO OU RECONDICIONAMENTO; DEVERÁ PRODUIR IMPRESSÕES NÍTIDAS E DE BOA QUALIDADE; DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TOTALMENTE LACRADA, CONTENDO AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO, MARCA E INDICAÇÃO DO FABRICANTE; DEVERÁ POSSUIR ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE NA EMBALAGEM, CONTENDO RAZÃO SOCIAL, CNPJ, DATA DE ENTREGA, ENDEREÇO E TELEFONE DE CONTATO.
17	71200	TAPETE VINÍLICO, TIPO CAPACHO 2,1 X 2,5 M: FABRICADO EM FIBRA SINTÉTICA DE VINIL; PARA ALTO TRÁFEGO; ESPESSURA MÍNIMA 14 MM; MEDINDO 2,1 M L X 2,5 M C; ANTIDERRAPANTE, ANTICHAMAS E ALTA RESISTÊNCIA; COM BORDAS REBAIXADAS.
18	65150	BLOCO ADESIVO - 73 MM X 73 MM: PARA ANOTAÇÃO DE RECADOS; DIMENSÕES APROXIMADAS: 73 MM X 73 MM; BLOCO DE 100 FOLHAS; MULTICOR.
19	40709	ORGANIZADOR ESPIRAL ¾ POLEGADA EM POLIETILENO AC (ANTI-CHAMA), COM PAREDE MÍNIMA DE 1,5 MM. COR PRETA. EMBALAGEM COM 50 METROS



Instituto de Previdência e Assistência Municipal - IPAM
 Rua Pinheiro Machado, 2269, Centro, CEP 95020-172, Caxias do Sul - RS
 CNPJ: 88.892.393/0001-36
 Telefone: (54) 3289 5400 – www.ipamcaxias.rs.gov.br



26912000006737

Nome do documento: 2026 AME 3 ETP.pdf

Documento assinado por

PEDRO AUGUSTO ZAGO STRACKE

Órgão/Grupo/Matrícula

IPAM / DIRADM / 452

Data

07/05/2026 11:26:45





ANEXO II

JUSTIFICATIVA PARA INADMISSÃO DE CONSÓRCIOS

A Lei nº 14.133/2021 tem como regra a permissão à participação de consórcios, inclusive quando o instrumento for omissivo sobre o tema. A Administração Pública, quando não permitir a participação de licitantes em consórcios, deve motivar essa decisão, justificando as razões para tanto.

O ato convocatório poderá admitir ou não a participação de consórcio, sendo essa escolha um ato discricionário da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas. Por este motivo, a Autoridade Licitante, dentro do poder discricionário de melhor conveniência e oportunidade decidirá pela vedação ou não à participação de empresas em regime de consórcio.

A admissão de participação de consórcio faz-se necessária quando em razão das circunstâncias do mercado e/ou a complexidade do objeto tornam problemática a competição, ou seja, quando parcela significativa de empresas, isoladamente, não dispuser de condições para participar da licitação. Dessa forma, a participação de empresas reunidas em consórcio ampliará o universo de licitantes, pois possibilitará a junção de 2 ou mais empresas para realização de determinado objeto. (Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas, 2021).

A jurisprudência do TCU traz entendimento que a formação de consórcio tanto pode fomentar a concorrência, como cerceá-la. Ou seja, a vedação ou a admissão de consórcio em licitação dever ter em vista possibilitar maior concorrência, que conforme o caso concreto pode ocorrer em uma ou outra situação (...) (Acórdão TCU 2.813/2004 e 1.782/2009).

Com relação a presente contratação, a vedação à participação de interessadas, que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, se justifica na medida em que nas contratações de bens e serviços comuns, tendo em vista a proporção da demanda do Município, é perfeitamente pertinente e compatível com empresas que atuam em todo território nacional, empresas essas que possuem condições suficientes para a execução de objetos dessa natureza, o que não tornará restrito o certame a um pequeno número de empresas. Assim sendo, avaliando a realidade do mercado para este objeto, não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.